

e arranjos no estacionamento incluídos remates do pavimento), cujo valor da adjudicação ascende a 86.399,62 (oitenta e seis mil, trezentos e noventa e nove euros e, sessenta e dois cêntimos a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, à data.

c) Transferir para a primeira outorgante as verbas correspondentes aos 25% da contrapartida nacional das obras referidas nas alíneas b1 e b2 acima referidas desta cláusula, no prazo máximo de 20 dias após o recebimento dos documentos de despesa conforme referido na alínea g) do n.º um desta cláusula.

#### Cláusula 5.ª

##### Comissão de Acompanhamento

1 — Para uma melhor coordenação e acompanhamento do projecto será criada uma Comissão de Acompanhamento constituída por um representante da ARH do Centro, I. P. e um representante da CMMira.

2 — A Comissão de Acompanhamento terá como funções:

- a) Coordenar as acções que integram o desenvolvimento do Acordo;
- b) Acompanhar, em termos físico e financeiro, a execução das obras.

#### Cláusula 6.ª

##### Dotação Orçamental

1 — Cada uma das entidades subscritoras do presente Acordo assegurará a necessária inscrição em orçamento próprio dos investimentos previstos, ao financiamento das acções e actividades previstas neste Acordo de Parceria.

2 — A Segunda outorgante assegurará, através de orçamento próprio, as contrapartidas nacionais referidas na alínea b) do n.º 2 da Cláusula 4 do presente Acordo, comprometendo-se a transferir as verbas correspondentes para o orçamento da primeira outorgante no prazo máximo de 20 dias após o recebimento dos documentos de despesa conforme referido na alínea g) do n.º um da cláusula quatro.

#### Cláusula 7.ª

##### Revisão do Acordo

O presente Acordo poderá ser revisto, por acordo das partes, se ocorrerem alterações anormais e imprevisíveis das circunstâncias que determinaram os seus termos.

#### Cláusula 8.ª

##### Responsabilidades de Conservação

A manutenção e conservação das estruturas construídas ao abrigo deste Acordo de Parceria será feita pelo 2.º outorgante estabelecendo-se um prazo até 31-12-2015, podendo ser automaticamente renovado por acordo entre as partes por iguais e sucessivos.

#### Cláusula 9.ª

##### Incumprimento do Acordo

1 — O incumprimento por qualquer das partes das obrigações assumidas no âmbito do presente Acordo, além de outras consequências nos termos legais, nomeadamente, em termos de indemnização, poderá justificar a sua resolução.

§ — Constituirá, em especial, motivo de resolução do presente Acordo o incumprimento da alínea c) do n.º 2 da cláusula 4.ª e a utilização dos espaços, instalações e equipamentos para fim diverso do estabelecido no presente Acordo, na parte integrada no domínio público marítimo.

2 — A decisão de resolução do Acordo é comunicada à outra parte através de carta registada com aviso de recepção, com antecedência mínima de 60 dias em relação à data pretendida para a resolução.

#### Cláusula 10.ª

##### Publicação

O presente Acordo é objecto de publicação no *Diário da República*, 2.ª série, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 384/87 de 24 de Dezembro, alterado pelos Decretos-Lei n.º 157/90, de 17 de Maio e 319/2001, de 10 de Dezembro.

Este acordo é feito em dois exemplares, ambos com o valor de originais e composto por seis (6) páginas, devidamente assinadas por ambas as partes.

11 de Janeiro de 2011. — A Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Centro, I. P., *Teresa Fidélis*. — O Presidente da Câmara Municipal de Mira, *João Maria Ribeiro Reigota*.

204212537

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P.

### Declaração de rectificação n.º 156/2011

Por se ter verificado um lapso no teor do aviso (extracto) n.º 16103/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 12 de Agosto de 2010, a p. 43473, procede-se à respectiva rectificação nos seguintes termos:

Assim, onde se lê «José Júlio Corado Gomes Maduro — Técnico de Informática do grau 2, nível 1 — Escalão 1 — índice 500» deve ler-se «José Júlio Corado Gomes Maduro — técnico de informática do grau 2, nível 1 — escalão 2 — índice 500».

13 de Janeiro de 2011. — O Vogal do Conselho Directivo, *Joaquim Rafael Costa Oliveira Moura*.

204217981

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

### Despacho n.º 1729/2011

O Programa do XVIII Governo Constitucional assume a necessidade de continuar a dar especial atenção à eficiência energética, designadamente através da aplicação de programas de redução do consumo de energia nos edifícios públicos e da promoção de comportamentos e escolhas com menor consumo energético.

Os desafios energéticos fornecem um especial ponto de encontro entre as políticas sectoriais relevantes em termos ambientais a que o Ministério da Saúde não é alheio.

Nos diversos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) já existem diversas iniciativas no domínio da eficiência — há exemplos de cogeração em alguns hospitais, centenas de instalações de solar térmico e microgeração, medidas de compras agregadas de grupos de hospitais, utilização de veículos eléctricos, reutilização de água, aplicação de iluminação LED (*light emitting diode*).

Contudo, exigia-se uma perspectiva integral e um Plano que sistematizasse as acções e potenciase o seu efeito, atendendo às melhores práticas nacionais e internacionais neste sector, com particular relevo para o NHS (National Health Service do Reino Unido), considerado pela Organização Mundial de Saúde como líder mundial neste tipo de iniciativas.

Entretanto a Resolução do Conselho de Ministro n.º 93/2010, de 26 de Novembro, estabelece que se proceda à elaboração de planos sectoriais de baixo carbono, para cada Ministério, para as áreas da respectiva competência, e a Resolução do Conselho de Ministros aprovada em 9 de Dezembro criou o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública, o Eco.AP, através do qual visa obter até 2020, nos serviços públicos e organismos da Administração Pública, um aumento do nível de eficiência energética de 20%.

Neste enquadramento, no passado dia 22 de Dezembro de 2010 foi publicamente divulgado o Plano Estratégico de Baixo Carbono para o Serviço Nacional de Saúde, trabalho iniciado há seis meses e que permitiu a identificação de múltiplas iniciativas ao longo de toda a cadeia de valor do SNS (compras — optimização de recursos; energia — eficiência energética; operações — eficiência operacional; resíduos — reciclagem e valorização; água — optimização e reutilização; transportes — mobilidade sustentável; doentes — eficiência de produção) que evidenciam a necessidade e motivação generalizada dos seus profissionais para a redução de emissões de carbono.

Os objectivos do Plano Estratégico de Baixo Carbono do SNS são a redução de emissões, a redução de custos, o aumento da qualidade de serviço, a criação de boas práticas e o posicionar o sector como um caso de referência na Administração Pública portuguesa.

Assim, face à premência de iniciar o processo em todos os organismos do SNS e a articulação existente entre a iniciativa do Ministério da Saúde e as medidas recentemente assumidas pelo Governo nesta matéria, determina-se:

1 — A Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.), em conjunto com as administrações regionais de saúde (ARS), define a estratégia de implementação do Plano Estratégico de Baixo Carbono.

2 — As ARS deverão nomear, no prazo de 30 dias, o seu gestor local de energia e atribuir-lhe simultaneamente funções de coordenação e de acompanhamento do Plano Estratégico de Baixo Carbono e do Programa

de Eficiência Energética na Administração Pública (Eco.AP) na Região de Saúde, identificando-o à ACSS, I. P.

3 — Os hospitais e agrupamentos de centros de saúde (ACES) devem nomear, no prazo de 30 dias, o seu gestor local de energia e identificá-lo junto da ARS respectiva.

4 — Os hospitais de maior dimensão em cada região deverão iniciar o seu Plano Estratégico de Baixo Carbono e de auditoria energética, caso ainda não o tenham feito, de acordo com orientações conjuntas da ACSS, I. P., e ARS respectiva.

5 — Em 2011 fixa-se em 20% o objectivo do número de serviços e estabelecimentos do SNS com auditoria energética realizada.

6 — A ACSS, I. P., apresenta ao membro do Governo responsável pela área da saúde um relatório anual de verificação da aplicação do presente despacho, propondo alterações tendo em vista o seu aperfeiçoamento contínuo.

10 de Janeiro de 2011. — O Secretário de Estado da Saúde, *Óscar Manuel de Oliveira Gaspar*.

204217495

## Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

### Aviso n.º 2291/2011

Nos termos do n.º 1 e da alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, avisam-se os interessados de que se encontra publicitada na página electrónica da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. — [www.arscentro.min-saude.pt](http://www.arscentro.min-saude.pt) (área de recursos humanos) e afixada no Placar das instalações da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., sitas na Av. Fernão de Magalhães, n.º 481, 2.º, em Coimbra, a lista dos candidatos admitidos e excluídos, no âmbito do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 23872/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 224, de 18 de Abril de 2010. Os interessados dispõem de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, para exercer, querendo, o seu direito de audiência prévia, por escrito, nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, podendo o processo ser consultado das 10H00 às 12H00 e das 14H30 às 16H30, nas instalações da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., acima identificadas.

6 de Janeiro de 2011. — O Presidente do Conselho Directivo, *Dr. João Pedro Pimentel*.

204220191

### Aviso n.º 2292/2011

#### Concurso interno geral de ingresso para preenchimento de 34 Postos de Trabalho de enfermeiro da carreira de enfermagem — Aviso n.º 22326/2009 do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 240, 14 de Dezembro de 2009.

Após homologação da respectiva acta/lista, conforme deliberação de 11 de Janeiro de 2011 do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., torna-se pública, nos termos do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, a lista de classificação final do concurso em epígrafe:

#### Lista de classificação final

N.º ordem	Nome	Nota
1	Cristina Maria Ramos Crespo de Carvalho . . . . .	19,325
2	Rita Marisa dos Santos Batista Alves . . . . .	19,236
3	José Samuel Pereira Martins . . . . .	19,100
4	Paulo Jorge Freire Calado . . . . .	19,050
5	Rosa de Lurdes Alvarez Perez . . . . .	18,975
6	Maria Lucília Morgado Lopes Gomes . . . . .	18,900
7	Sílvia Margarida Almeida Carvalho . . . . .	18,900
8	Maria Helena Pedro de Oliveira . . . . .	18,900
9	Sónia Maria Godinho Marques Lopes . . . . .	18,825
10	Ana Paula Branquinho Oliveira Ferreira . . . . .	18,825
11	Maria da Luz Marques dos Santos Reis . . . . .	18,775
12	Susana Margarida Ferreira Nina dos Santos . . . . .	18,775
13	Juliana Muxagata Paciência . . . . .	18,775
14	Célia Maria Rodrigues dos Santos . . . . .	18,725
15	Aura Maria Silva Branco Rodrigues Lourenço . . . . .	18,675
16	Nuno Miguel Pereira Branco . . . . .	18,650

N.º ordem	Nome	Nota
17	Maria de Fátima Rodrigues dos Santos . . . . .	18,550
18	Ana Margarida Simões Pereira . . . . .	18,500
19	Carlos Manuel dos Santos Fernandes . . . . .	18,425
20	Helga Catarina de Oliveira Ribeiro . . . . .	18,425
21	Aida Isabel Teles Nunes Lopes Rufino . . . . .	18,425
22	Clara Marisa da Silva Correia . . . . .	18,325
23	Rosa Maria Raimundo Ramos . . . . .	18,325
24	Sílvia Amado Venda . . . . .	18,288
25	Lina Maria Costa Nogueira . . . . .	18,275
26	Liliana Margarida Mendes de Jesus . . . . .	18,225
27	Inês Maria Tavares Proença Andrade do Nascimento . . . . .	18,175
28	Paula Cristina Mendes Brito . . . . .	18,150
29	Manuela das Dores Sousa Moreira Silva Pereira . . . . .	18,125
30	Sandra Isabel Batista Sobreiro . . . . .	18,125
31	Maria Irene Freixiela Gomes . . . . .	18,050
32	Rosa Maria Ferreira Seabra . . . . .	18,025
33	Luísa Isabel de Almeida Santos . . . . .	18,025
34	Célia Maria Figueiredo dos Santos . . . . .	18,025
35	Isabel Cristina Martins Coelho . . . . .	18,000
36	Elsa Cristina Morais Figueiredo dos Santos . . . . .	17,975
37	Ana Paula Morais . . . . .	17,925
38	Catarina Isabel Correia Simões . . . . .	17,925
39	Bélita da Soledade Miranda Mora . . . . .	17,900
40	Vera Mónica da Cunha Lima . . . . .	17,875
41	Anabela de Jesus Barreira . . . . .	17,868
42	Ana Raquel Ribeiro Echevarría Cioc . . . . .	17,850
43	Carla Cristina Alcaide Pereira . . . . .	17,850
44	Vera Mónica Nunes Valério Batista . . . . .	17,850
45	Maria Adélia Folhas de Carvalho e Silva . . . . .	17,825
46	Anabela Brites Gaspar . . . . .	17,800
47	Carina Alexandra Domingues Antunes . . . . .	17,775
48	Irene Maria dos Santos da Fonseca . . . . .	17,750
49	Célia Maria Nunes Arsénio Costa . . . . .	17,750
50	Sandra Cristina Lopes dos Santos . . . . .	17,749
51	Carla Alexandra Lopes dos Santos . . . . .	17,735
52	Maria Helena Lopes Rodrigues . . . . .	17,700
53	Teresa Margarida Antunes Portela Mendes . . . . .	17,658
54	Sara Cristina de Pinho Godinho . . . . .	17,650
55	Sérgio Miguel Duarte de Carvalho . . . . .	17,625
56	Anabela de Castro Valente . . . . .	17,550
57	Maria Filomena Rodrigues Gonçalves . . . . .	17,525
58	Isabel Luísa Costa Oliveira . . . . .	17,525
59	Vânia Filipa Moleirinho dos Santos . . . . .	17,516
60	Elisabete Pereira Rodrigues Vieira . . . . .	17,500
61	Sónia Marisa Marques Correia Maurício . . . . .	17,463
62	Elisa Raquel Ferreira Francisco . . . . .	17,450
63	Dulce Maria da Silva Lopes . . . . .	17,450
64	Luísa Erse Marques Ribeiro de Carvalho . . . . .	17,450
65	Fernanda Maria Nunes e Silva Ferreira . . . . .	17,425
66	Adriana Maria Lourenço Ribeiro . . . . .	17,425
67	Maria Teresa Viseu Simões Nabo Lima . . . . .	17,400
68	Aníbal José Nabuco Rufino . . . . .	17,388
69	Patrícia Maria Menezes Pinto . . . . .	17,355
70	Cláudia Teresa da Silva Rodrigues Estanqueiro . . . . .	17,350
71	Ana Cristina dos Santos Fernandes . . . . .	17,350
72	Maria Filomena Clemente Maltez . . . . .	17,350
73	Alexandra Margarida Duarte Pereira Teixeira . . . . .	17,325
74	Teresa Cristina Ferreira da Silva . . . . .	17,275
75	João Daniel da Silva Folhas Balhau . . . . .	17,255
76	Patrícia Rolo da Silva . . . . .	17,250
77	Paulo Jorge Simões Bessa . . . . .	17,250
78	Anabela Teixeira da Rocha . . . . .	17,250
79	Maria Isabel Ferreira Trindade . . . . .	17,225
80	Susana Maria Ponciano dos Santos Leal . . . . .	17,225
81	Virgínia da Conceição Ferreira Rufino Fernandes . . . . .	17,225
82	Mónica Alexandra Silva Santos Pinheiro . . . . .	17,200
83	Custódia Maria Teodoro Horta . . . . .	17,200
84	Gisélia Maria Ferreira Fernandes . . . . .	17,200
85	Anabela Aguiar Rodrigues . . . . .	17,174
86	Tânia de Fátima Simões Rodrigues . . . . .	17,150
87	Salomé Maria de Oliveira Belinha . . . . .	17,150
88	Sílvia Leal Miranda . . . . .	17,150